

RECURSO ESPECIAL Nº 1.783.847 - MG (2018/0320947-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **LUIZ CARLOS DE FREITAS**
ADVOGADOS : **MARIA EMÍLIA GUEDES ANDRADE - MG031299**
 LUCIANA FERRAZ SILVEIRA - MG136061
 JAYME MOREIRA ANDRADE - MG024265
RECORRIDO : **WELINGTON MOREIRA DE OLIVEIRA**
ADVOGADOS : **NEUZA GLORIA DA SILVA LOPES E OUTRO(S) - MG088095**
 LUCIANA ALVES SCHETINO RODRIGUES - MG149260
 ALEXSANDRO VICTOR DE ALMEIDA - MG061934

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO AJUIZADA DIRETAMENTE CONTRA O AGENTE DO ESTADO CAUSADOR DO DANO. IMPOSSIBILIDADE. AGENTE QUE SÓ RESPONDE PERANTE O ESTADO, EM CASO DE CULPA OU DOLO, ATRAVÉS DE AÇÃO REGRESSIVA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Luiz Carlos de Freitas contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Denota-se dos autos que a ação de indenização proposta pelo ora recorrente em desfavor de Wellington Moreira de Oliveira foi julgada extinta, sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva, uma vez que "as pessoas jurídicas de direito público devem responder pelos danos que seus agentes, agindo nessa condição, causarem a terceiros" (e-STJ, fl. 226).

Interposta apelação pelo autor, a Nona Câmara Cível da Corte de origem negou provimento à insurgência, conforme se verifica da ementa do julgado (e-STJ, fl. 303):

DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - AÇÃO PROPOSTA EM FACE DE AGENTE PÚBLICO, FUNDADA EM ATO PRATICADO NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES - LEGITIMIDADE PASSIVA - AUSÊNCIA - PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL -

**EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO -
POSSIBILIDADE - RECURSO NÃO PROVIDO.**

- Conforme disposto no artigo 37, §6.º, da Constituição da República, respondem as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, descabendo concluir pela legitimação passiva concorrente do agente, inconfundível e incompatível com a previsão constitucional de ressarcimento contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Precedentes do Supremo Tribunal Federal.

Os embargos de declaração opostos pelo ora demandante foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente alegou, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 186 e 927 do Código Civil; e 37, § 6º, da Constituição Federal, sustentando, em síntese, a legitimidade passiva do ora recorrido para responder pelos danos que lhe foram causados, uma vez que a ação reparatória pode ser ajuizada em desfavor do Estado, do próprio agente ou de ambos.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

A controvérsia submetida à apreciação desta Corte cinge-se à aferição da legitimidade passiva do agente do Estado que, nessa qualidade, causou prejuízos a terceiro, em acidente de trânsito ao qual deu causa.

Ressalte-se que, não obstante exista precedente da Quarta Turma (REsp 1.325.862/PR), no qual o entendimento exarado ampara a tese delineada nas razões do recurso especial (orientando que, nas hipóteses como a que ora se debate, poderia a parte prejudicada optar por ajuizar a ação de reparação de danos contra o Estado, contra o agente causador do dano ou contra ambos), a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pacificou-se em viés diametralmente antagônico, anotando que, sob o crivo do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, é que responderão, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros.

Essa é a conclusão que se depreende do julgamento do RE 327.904/SP, de que foi relator o Ministro Carlos Ayres Britto, no qual a Primeira Turma da Suprema Corte passou a reconhecer uma dupla garantia, capaz de salvaguardar ao mesmo tempo tanto o interesse do particular porventura lesado (possibilitando-lhe a reparação dos danos sofridos mediante ação indenizatória) quanto as prerrogativas funcionais do agente público responsável pelo evento danoso (que só responderá, em ação de regresso, perante a pessoa jurídica a que integre, caso demonstrada a existência de dolo ou culpa).

A propósito, confira-se a ementa do aludido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA MAGNA CARTA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. AGENTE PÚBLICO (EX-PREFEITO). PRÁTICA DE ATO PRÓPRIO DA FUNÇÃO. DECRETO DE INTERVENÇÃO. O § 6º do artigo 37 da Magna Carta autoriza a proposição de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Esse mesmo dispositivo constitucional consagra, ainda, dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF - RE 327.904/SP, Rel. Ministro CARLOS BRITTO, Primeira Turma, julgado em 15/08/2006, DJ de 8/9/2006).

Na mesma linha de cognição, têm se manifestado ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal, o que evidencia a pacificação do tema naquela Corte:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO: § 6º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. AGENTE PÚBLICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da RE n. 327.904, Relator o Ministro Carlos Britto, DJ de 8.9.06, fixou entendimento no sentido de que 'somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns'.

Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 470.996 AgR/RO, Rel. Ministro EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 18/8/2009, DJe de 10/9/2009 - grifou-se).

Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Administrativo. Responsabilidade civil do estado. Inclusão do agente público no polo passivo da demanda. Impossibilidade. Ilegitimidade passiva. Precedentes. 1. A jurisprudência da Corte firmou-se no sentido de não reconhecer a legitimidade passiva do agente público em ações de responsabilidade civil fundadas no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, devendo o ente público demandado, em ação de regresso, ressarcir-se perante o servidor quando esse houver atuado com dolo ou culpa. 2. Agravo regimental não provido. (ARE 908.331 AgR/RS, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 15/3/2016, DJe de 17/5/2016).

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. AGENTE PÚBLICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o RE 327.904, sob a relatoria do Ministro Ayres Britto, assentou o entendimento no sentido de que somente as pessoas jurídicas de direito público, ou as pessoas jurídicas de direito privado que prestem serviços públicos, é que poderão responder, objetivamente, pela reparação de danos a terceiros. Isto por ato ou omissão dos respectivos agentes, agindo estes na qualidade de agentes públicos, e não como pessoas comuns. Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 593.525 AgR-segundo/DF, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 9/8/2016, DJe de 7/10/2016).

Na hipótese em apreço, o Tribunal de origem, seguindo a orientação supracitada, manteve a sentença terminativa, por ilegitimidade passiva do ora recorrido.

Desse modo, permanece hígido o entendimento consignado no acórdão recorrido.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

